

NOVOS INIMIGOS, VELHAS ESTRATÉGIAS: A POLÍTICA EXTERNA DE BARACK OBAMA A PARTIR DA TESE DAS DUAS PRESIDÊNCIAS

José Francelino Galdino Neto¹
Marcos Aurélio Guedes de Oliveira²

Introdução

Em 2008, Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos da América (EUA) com promessas ambiciosas e revolucionárias, como o fim da Invasão do Iraque e o encerramento da Prisão da Baía de Guantánamo. Contrariamente às expectativas, manteve-se a lógica do “combate ao terrorismo”, o que encorajou decisões drásticas de política externa, ao mesmo tempo que pairava como um fantasma no imaginário político americano, tal como a luta contra o comunismo o fez durante décadas. A missão de Obama era difícil: reinventar os EUA no sistema internacional enquanto lidava com a maior crise econômica desde 1929. Contudo, para executar esta agenda de política externa que se centrava na defesa e segurança, era necessária a cooperação entre o Presidente e o Congresso, uma vez que os ramos compartilham constitucionalmente as responsabilidades no processo de tomada de decisão. Para isso, republicanos e democratas precisam votar juntos (o que é conhecido como bipartidarismo), especialmente no Senado, que historicamente está mais envolvido com relações internacionais.

Como a relação entre o Presidente e o Congresso impactou a política externa do governo Barack Obama (2009-2017)? O objetivo principal desta pesquisa é analisar a política externa do governo Barack Obama a partir da relação entre Presidente e Congresso. Dois eventos foram utilizados para analisar o período: a Guerra do Afeganistão (2001-2014) e a Invasão do Iraque (2003-2011). Legado do republicano George W. Bush, estes foram os maiores

¹ Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. E-mail: ngaldino5@gmail.com

² Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. E-mail: marcosaurelioguedes@gmail.com

desafios da administração Obama na política externa e certamente as questões mais politizadas e conflituosas.

A partir da Tese das Duas Presidências de Aaron Wildavsky (1966), o argumento central é que os EUA têm um Presidente, mas duas presidências distintas, uma ligada à política externa, na qual o Presidente teria mais facilidade para fazer valer as suas preferências, e a outra, relativa à política interna, em que o Congresso teria maior impacto no processo decisório. Assim, o que influencia a cooperação entre o Presidente e o Congresso é o tipo de política em questão. Foi realizada uma análise descritiva de todas as votações realizadas no Senado dos EUA durante os oito anos do governo Obama, a fim de observar se há maior cooperação entre os partidos em questões de política externa em comparação com a política interna. Da análise dos votos, pode-se observar que o Presidente Democrata conseguiu materializar as suas preferências em política externa durante a sua gestão, contando com o apoio dos Republicanos, enquanto nas questões de política interna houve menor cooperação entre os partidos. Nesse sentido, o tipo de política pode explicar como votam os senadores dos EUA.

A relação entre presidente e congresso: um breve resumo histórico

Qual é o papel do Congresso na formulação e execução da política externa dos EUA? Em termos constitucionais, o poder de decidir sobre a política externa dos EUA está dividido entre o Presidente e o Congresso, principalmente em três áreas principais. Em primeiro lugar, em questões de defesa e segurança nacional, o Presidente é o comandante-chefe das forças armadas, mas só o Congresso pode declarar guerra. Em segundo lugar, o Presidente tem capacidade institucional para fazer tratados internacionais, mas estes precisam ser aprovados internamente pelo Congresso por maioria qualificada. Finalmente, na diplomacia, o Presidente tem o poder de nomear embaixadores para representar os interesses dos EUA em todo o mundo, mas o Congresso deve aprovar todas as nomeações. Em suma, embora o Presidente seja visto internacionalmente como um líder nacional, grande parte do seu poder é partilhado com o Congresso (Wildavsky 1966).

A literatura entende que existe um padrão cíclico de alternância de liderança na política externa entre Presidente e Congresso ao longo da história dos EUA. Dependendo do período analisado, é possível compreender mudanças nas relações de poder entre Executivo e Legislativo (McCormick 2009). Após a Segunda Guerra Mundial, os presidentes começaram a exercer

maior influência no processo de tomada de decisão. O próprio Congresso entendeu, naquele momento, que era fundamental que os interesses nacionais demonstrassem maior coesão interna no sistema internacional do pós-guerra. O cenário só começaria a mudar após o fracasso da Guerra do Vietnã (1955-1975). Os custos humanos e econômicos foram elevados para a opinião pública. Parte da responsabilidade foi atribuída à excessiva liberdade que os presidentes tinham para decidir o rumo da guerra, com o apoio ou omissão do Poder Legislativo (McCormick e Wittkopf 1990).

O Congresso dispõe dos meios institucionais para limitar a liberdade do presidente na política externa, como a “regra dos dois terços”. Em termos básicos, qualquer tratado internacional assinado pelo Presidente só pode ser ratificado com a aprovação de pelo menos 2/3 do Congresso (Waltz 1967). Neste contexto, a forma mais eficaz de garantir a vontade do Presidente na política externa é por meio do bipartidarismo. Este mecanismo de ação permite ao Poder Legislativo atuar cooperativamente com o Presidente na política externa, participando do processo de tomada de decisão independentemente de qual partido detém o controle da Casa Branca (McCormick e Wittkopf 1990).

O bipartidarismo é necessário para aprovar temas para os quais é necessária maioria qualificada. Dois períodos históricos distintos podem ser definidos na relação entre Presidente e Congresso. A primeira foi entre 1945 e 1975, quando o Presidente teve primazia na política externa, contando com o apoio do Congresso, materializado na prática do bipartidarismo. O segundo período, iniciado em 1975, assistiu a uma ruptura ideológica entre os partidos, especificamente na política externa.

É no primeiro período que Wildavsky (1966) propõe a Tese das Duas Presidências, momento em que os EUA se consolidam como potência mundial. O autor explica o caso dos EUA por dois fatores fundamentais. O primeiro era que a política externa era uma questão prioritária e de responsabilidade do Presidente caso houvesse uma eventual catástrofe no território nacional (por exemplo, um ataque nuclear). Em segundo lugar, institucionalmente, o Presidente tem maior liberdade de decisão nas relações internacionais porque existem prerrogativas que facilitam a ação do Executivo, como acordos executivos que não precisam necessariamente passar pela validação do Congresso, como no caso de um tratado internacional (Canes-Wrone, Howell e Lewis 2008). Além disso, neste período, o Congresso, os grupos de interesse e os militares estavam divididos e não representavam uma força de oposição ao Presidente, refletindo a falta de conhecimento ou interesse do público na política externa (Wildavsky 1966).

Assim, ao analisar todos os votos emitidos no Congresso dos EUA

entre 1946 e 1964, Wildavsky (1966) conclui que na política interna o Presidente lutaria com o Congresso pelo poder, especialmente se o seu partido não controlasse a Câmara dos Representantes ou o Senado. Além disso, para qualquer estratégia governamental chave, estaria presente um cenário de oposição. Em comparação, na política externa o cenário seria mais favorável ao Presidente e, independentemente de ele ter ou não maioria no Congresso, as estratégias internacionais do Executivo seriam aceitas com menos resistência mediante a prática do bipartidarismo.

A cooperação em política externa entre o Presidente e o Congresso começou a encontrar obstáculos em meados da década de 1960, após o enfraquecimento da bipolaridade do sistema internacional. A partir desse momento, os presidentes tiveram dificuldade em manter o bipartidarismo, uma vez que as crescentes diferenças ideológicas entre republicanos e democratas causaram danos irreparáveis ao consenso que existia anteriormente. Os valores partilhados que apoiavam o bipartidarismo deterioraram-se gradualmente durante a década de 1970, principalmente devido a três eventos históricos: 1) o fracasso da Guerra do Vietnã, 2) a eclosão do Escândalo Watergate e 3) a aprovação da 'Lei dos Poderes de Guerra' (Leloup e Shull 1979; Sigleman 1979).

A crescente polarização ideológica causada por estes fatores alimentou o surgimento de dois grupos políticos que dividiram o Congresso de forma decisiva: os Liberais Internacionalistas, essencialmente do Partido Democrata, que apoiaram iniciativas cooperativas - controle de armas, ajuda econômica, fortalecimento do sistema de organizações - mas colocou menos ênfase na luta armada contra o comunismo ou outras nações. Do outro lado estavam os Internacionalistas Conservadores, na sua maioria membros do Partido Republicano, que apoiam a defesa dos interesses e valores norte-americanos por meio, acima de tudo, da ação militar. Apesar da clivagem ideológica em questões de defesa e segurança, a cooperação ainda era amplamente utilizada entre Democratas e Republicanos (Oldfield e Wildavsky 1989).

Face às mudanças na política externa dos EUA com o fim da Guerra Fria, como se manteria a Tese? A ameaça comunista, que explicava a delegação da política externa ao Presidente, já não existia. Os estudos começaram então a defender o ressurgimento do Congresso dos EUA como ator central da política externa e concorrente direto no processo de tomada de decisões. No entanto, os ataques terroristas de 2001 alteraram novamente a relação entre o Presidente e o Congresso na política externa e dariam início a um longo período de estratégia de guerra dos EUA: a Guerra ao Terror.

A Guerra ao Terror uniu os EUA em torno de um inimigo comum. Neste contexto, o bipartidarismo voltou ao Congresso e o Presidente encontrou

apoio de parlamentares e senadores da oposição para aprovar a sua estratégia de combate à nova ameaça. Essa conjuntura reforça a tese de Wildavsky (1966), em que a relação entre Presidente e Congresso é influenciada por fatores sistêmicos, momentos de crise e ameaças claras ao modo de vida norte-americano.

A Guerra do Afeganistão (2001 - 2014) encontrou amplo apoio da opinião pública e de ambos os partidos. A Invasão do Iraque (2003-2011), inicialmente, também encontrou amplo apoio da população, ao mesmo tempo que garantiu a reeleição de George W. Bush. A essa altura, a capacidade explicativa da Tese das Duas Presidências parecia ter recuperado força no debate político e acadêmico.

Canes-Wrone, Howell e Lewis (2008) conduziram uma revisão sistemática da literatura sobre o tema e chegaram a algumas conclusões importantes sobre o debate em torno da Tese no século XXI. Os autores reforçam a ideia de que o Congresso tem incentivos materiais para delegar a política externa ao Presidente, especialmente em questões de defesa e segurança. Os incentivos seriam: 1) o estatuto do Presidente como representante diplomático e comandante-em-chefe das forças armadas; 2) o maior acesso à informação que o Poder Executivo tem em comparação aos demais poderes da república; e 3) em termos eleitorais, o ator que ganha (ou perde) mais votos com a política externa é o Presidente. Portanto, seria custoso em termos eleitorais para os congressistas se oporem à Guerra ao Terror, por exemplo, uma vez que qualquer dissidência ou apatia naquele momento por parte do Congresso poderia ser interpretada como uma omissão diante de uma ameaça ao país.

No geral, os ataques terroristas de 11 de Setembro serviram como uma força de pressão para unir novamente os partidos, Republicano e Democrata, por motivos ideológicos, especialmente no que diz respeito à política externa. Naquela época, havia um consenso nacional em torno da necessidade de combater o terrorismo a qualquer custo no sistema internacional. Internamente, esse cenário produz um novo momento na relação histórica entre Presidente e Congresso. O bipartidarismo voltará a ser a regra, especialmente em todas as votações sobre defesa e segurança (Lindsay 2003). Contudo, as próximas partes do artigo mostrarão que o excesso de poder nas mãos do Presidente nem sempre produz bons resultados para o próprio partido do líder Executivo.

Estudo de caso como estratégia de análise de dados

O estudo de caso proporciona ao pesquisador a possibilidade de partir de um caso emblemático para elaborar outros casos por meio da teoria proposta. Fornece uma alternativa válida para testar uma teoria ou tese explicativa (Gerring 2017). O principal objetivo da nossa pesquisa é testar a capacidade explicativa da Tese das Duas Presidências para a política externa do governo Obama. Ainda assim, por que este caso importa? Em primeiro lugar, Barack Obama foi o primeiro e único presidente afro-americano na história dos EUA. Num país onde o preconceito racial é um dos principais problemas políticos nacionais, Obama assumiu o cargo com graves problemas internos e externos. Na política interna, os EUA enfrentavam a pior crise econômica da sua história desde 1929. Na política externa, além das consequências internacionais da crise econômica, os EUA tiveram que resolver duas grandes guerras no Médio Oriente: o Afeganistão e o Iraque. Naquele momento histórico, havia grande antipatia pelo país, que era cada vez mais desafiado pela ascensão da China no sistema internacional.

A presidência de Obama começou com uma expectativa de mudança. Muitos acreditavam que o democrata seria capaz de mudar esta percepção negativa em relação aos EUA e restaurar a imagem do país nas relações internacionais. Além disso, em termos teóricos, a Tese das Presidências sempre sublinhou que os políticos Democratas eram mais propensos a cooperar com os presidentes Republicanos do que o contrário. Neste caso, a administração Obama serviria também para testar esta suposta especificidade, já que, durante o seu segundo mandato, o democrata teve de negociar com um Senado de maioria republicana.

Gerring (2017) destaca que o estudo de caso não implica perda de transparência, rigor ou replicabilidade para a pesquisa; nem é exclusivamente quantitativo ou qualitativo. No nosso enquadramento, foram feitas milhares de observações, conferindo robustez às nossas conclusões. Nossa proposta é apresentar um quadro observacional que analise descritivamente todos os 2.341 votos expressos no Senado dos EUA durante os dois mandatos de Obama. Cada fase da pesquisa é explicada a seguir.

Primeiramente coletamos todos os votos por meio da plataforma GovTrack, uma das mais importantes agências dos EUA em transparência legislativa, que produz diversos tipos de bancos de dados. Em nossa pesquisa, utilizamos apenas a replicação dos dados oficiais. Os votos são apresentados de forma didática, sem modificação de informações ou tratamento prévio. A análise qualitativa dos dados foi realizada por nós de forma manual e individual.

Nossa variável independente é o tipo de política eleitoral, ou seja, se o voto pode ser classificado como política interna ou política externa, seguindo

o padrão clássico de Wildavsky (1966). No entanto, após o fim da Guerra Fria, a literatura chegou ao consenso de que a política externa dos EUA tinha mudado para uma agenda diversificada de questões, como o ambiente e o tráfico de drogas, entre outras questões novas. Portanto, seria necessário dividir a política externa em duas grandes categorias, a primeira com todas as votações em temas relacionados à defesa e à segurança nacional, e a segunda categoria com todas as votações nas demais questões de política internacional. Como resultado, no nosso quadro de investigação, cada voto foi analisado utilizando vários critérios de classificação nas três categorias possíveis: a) política interna; b) política externa de defesa e segurança; c) política externa sobre outros temas. A classificação foi feita mediante a leitura da proposta de votação, analisando seu conteúdo e os comitês vinculados ao projeto. O tipo de comitê geralmente servia como um forte indicador, possibilitando a classificação entre política interna ou externa.

Nossa variável dependente foi se ocorreu ou não o bipartidarismo, a cooperação entre os partidos. Cada voto emitido foi então analisado, classificando os padrões de distribuição de votos entre republicanos e democratas para determinar se o bipartidarismo ocorreu ou não naquela votação. Nossa variável dependente é dicotômica, assumindo apenas duas categorias. Com base nas nossas escolhas metodológicas, conseguimos testar se o bipartidarismo ocorre mais na política externa do que na política interna. Assim, seguindo a Tese das Duas Presidências proposta por Wildavsky (1966), podemos contribuir para o debate testando a sua hipótese explicativa no caso Obama.

Os desafios do governo Barack Obama (2009-2017) na política externa e o papel da relação entre presidente e congresso no processo de tomada de decisão

Quando Barack Obama foi eleito Presidente, os EUA encontravam-se numa altura em que as políticas internas e externas precisavam ser reinventadas. O democrata representou a união da juventude e da sabedoria, principalmente na política externa, já que havia sido um dos maiores opositores da Invasão do Iraque em 2003. Contudo, a Guerra do Afeganistão (2001 - 2014) e a Invasão do Iraque (2003 - 2011) apresentaram desafios diferentes ao Presidente Obama. No entanto, havia um objectivo claro: acabar com ambos os conflitos. A imagem dos EUA era negativa tanto para a opinião pública nacional como internacional (Krieg 2016), sendo necessário equilibrar as despesas entre a política interna e externa, dado o cenário de crise económica

desde 2008.

No caso do Afeganistão, o objectivo principal era modificar a estratégia; em vez de focar no território afegão, seria necessário delinear uma nova região estratégica de combate compreendendo o território do Afeganistão e do Paquistão (AfPak). A batalha contra o terrorismo não poderia limitar-se às fronteiras nacionais. No caso do Iraque, o desafio era retirar as tropas o mais rapidamente possível, de forma planejada, para evitar custos humanos e econômicos desnecessários (Krieg 2016).

As fragilidades do governo que os EUA ajudaram a colocar no poder no Iraque mostraram que os objetivos iniciais da invasão não foram alcançados, uma vez que não foram encontradas armas químicas e a destituição de Saddam Hussein não garantiu uma melhoria na vida da população iraquiana. O Presidente Obama, com o apoio do Congresso, iniciou a retirada das tropas do Iraque já em meados de 2009. Em 31 de agosto de 2011, a Casa Branca já comemorava o fim da operação no Iraque.

A rápida saída dos EUA do Iraque levou a literatura a acreditar que isto pode ter favorecido a ascensão do grupo terrorista Estado Islâmico no país. A expansão do Estado Islâmico nos territórios sírios reacendeu a importância estratégica da região para a política externa da administração Obama. Em 2014, o Presidente Obama retomou os bombardeamentos na região sem consulta ou autorização da ONU. Na política interna, a Casa Branca buscou apoio do Congresso para declarar guerra ao grupo extremista e para o uso sistêmico da força militar contra o novo inimigo. No entanto, a discussão ficou estagnada no Congresso, com muitos culpando a estratégia de Obama como a causa da ascensão do Estado Islâmico (Pecequillo e Forner 2017).

Os conflitos foram os principais desafios enfrentados pelo Presidente Obama. É neste contexto que será analisada a cooperação entre os poderes Executivo e Legislativo. O bipartidarismo ao longo do mandato de Obama na Casa Branca entre 2009 e 2017 será analisado a partir da votação no Senado. A escolha por esta casa justifica-se pela proximidade histórica do Senado com a política externa. O referencial utilizado tem natureza descritiva, em linha com os modelos de análise utilizados por outros estudos semelhantes como Prins e Marshall (2001) e Canes-Wrone, Howell e Lewis (2008). A votação foi dividida em três categorias: a) política interna; b) defesa e segurança; e c) política externa geral.

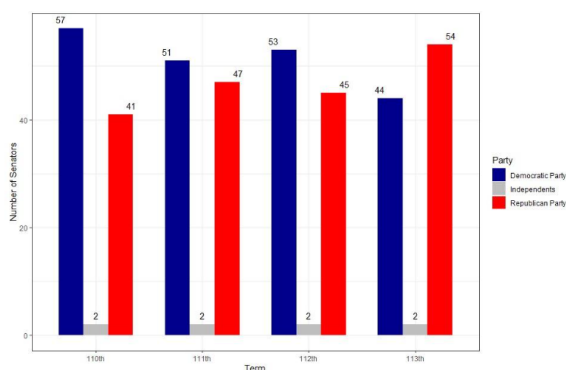
A partir da construção do banco de dados, foi comparado o nível de cooperação entre os partidos nas três modalidades de votação. O objetivo era medir se o tipo de política influencia o nível de bipartidarismo no Senado dos EUA. A ocorrência do bipartidarismo significa que independentemente do partido do Presidente, os Senadores cooperam para aprovar ou rejeitar

a votação, agindo como um partido único. Foram utilizados os seguintes critérios para classificar um resultado com ocorrência de bipartidarismo: 1) votação com aprovação ou rejeição por 75% dos votos; 2) ocorrência de votações críticas, por exemplo, quando um partido não tem maioria simples para aprovar uma proposta, mas obtém apoio de um número suficiente de senadores da oposição para aprovar uma medida.

Antes de analisar as votações, é necessário apresentar como é composto o Senado dos EUA. Nos EUA, o Congresso muda a sua composição a cada dois anos. Durante o governo Obama, ocorreram quatro eleições, que consequentemente formaram quatro composições diferentes do Senado: 1) 110^o (2009 – 2011); 2) 111^o (2011 – 2013); 3) 112^o (2013 – 2015); 4) 113^o (2015 – 2017). Nas três primeiras composições, a maioria pertencia aos democratas; foi apenas no 113^o Senado que a maioria foi para os republicanos. O número de independentes permaneceu o mesmo durante todo o período (2). Historicamente, aqueles que são independentes normalmente votam com os Democratas.

No Gráfico 1, a composição é apresentada ao longo do tempo. Pode-se considerar que o presidente Obama nunca teve 75% de controle dos assentos no Senado. Assim, qualquer votação que exigisse maioria qualificada só seria aprovada com bipartidarismo. A política externa depende sobretudo da votação por maioria qualificada, pelo que grande parte da ação do Presidente Obama dependeu do apoio dos Senadores Republicanos, especialmente na votação que foi classificada como segurança e defesa. No sistema político interno dos EUA, o Presidente não pode submeter diretamente qualquer assunto a votação, mas pode expressar indiretamente as suas preferências por meio do Vice-Presidente, que por lei é o Presidente do Senado, ou por meio dos seus colegas de outro partido.

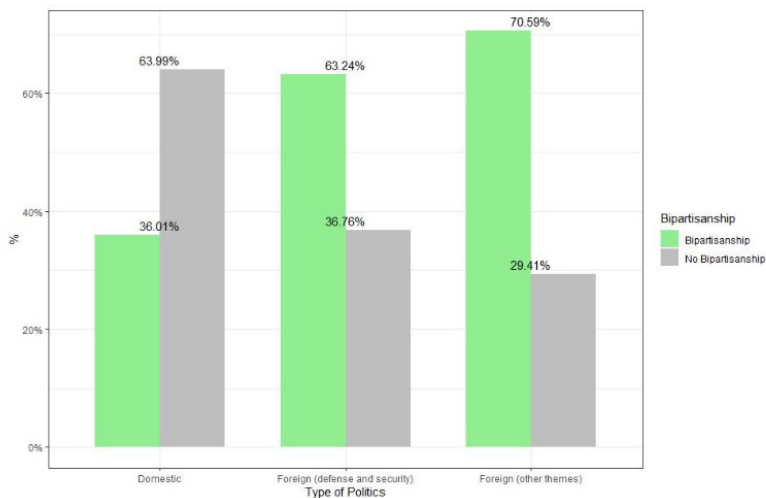
Gráfico 1. Composição do Senado por partido durante o governo Obama



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 2 apresenta a ocorrência do bipartidarismo por tipo de política no 110º Senado. Os níveis de cooperação são semelhantes aos dados encontrados por Wildavsky (1966). Entre 2009 e 2011, o Presidente Obama encontrou pouca resistência por parte do Congresso para levar a cabo a sua política externa como um todo. Alguns fatores nos ajudam a entender o contexto. Em primeiro lugar, existia naquela altura uma unidade interna sobre a necessidade de restaurar a imagem internacional dos EUA, principalmente mediante a reformulação da estratégia na Guerra ao Terror. A própria crise econômica encorajou a necessidade de unidade na política externa. Os dados corroboram a percepção de Hybel (2014) e Krieg (2016) de que o maior rival de Obama na política externa de defesa e segurança foi o Pentágono durante o seu primeiro mandato.

Gráfico 2. Nível de bipartidarismo por tipo de política no 110º Senado



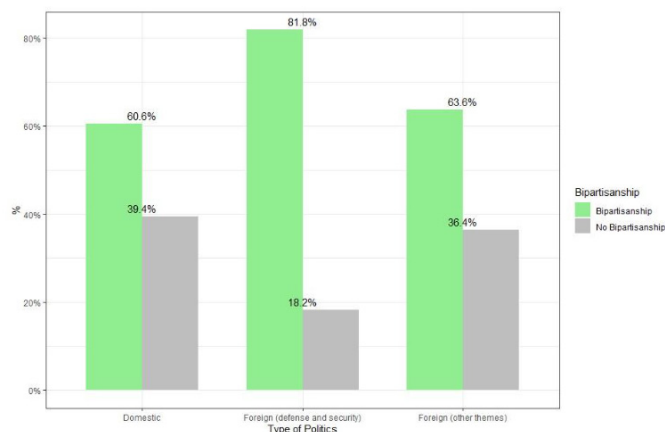
Fonte: Elaborado pelos autores.

Por sua vez, o baixo nível de cooperação na política interna (36%) pode ser justificado por dois fatores. Em primeiro lugar, se a crise financeira de 2008 ajudou a coesão na política externa, esta unidade não é vista na política interna. Uma das maiores diferenças entre Republicanos e Democratas reside na forma como encaram as alternativas de desenvolvimento econômico para o Estado, especialmente qual o papel que o Estado deve desempenhar neste processo. Por outras palavras, o Presidente Obama não teve o apoio republicano para implementar as suas políticas econômicas internamente. Em segundo lugar, a maioria das votações sobre políticas internas exigia

uma maioria simples (51); como o Partido Democrata tinha 57 senadores e o apoio dos Independentes (2), o bipartidarismo não era necessário. Contudo, a análise dos votos mostra que os republicanos bloquearam decisões com outros mecanismos institucionais, como inserção de emendas e revisão de propostas. As alterações propostas foram rejeitadas pelos democratas, o que contribuiu para a queda do bipartidarismo. A combinação desses dois fatores contribuiu para o cenário retratado nos gráficos.

Em 2010, a composição do Senado sofreu alterações na proporção entre os partidos. O 111º Congresso dos EUA permaneceu com o Senado sob controle democrata; porém, a parcela republicana aumentou, sendo, então, a diferença entre os partidos de 4 senadores (51 a 47). O Gráfico 3 mostra o nível de bipartidarismo nesses dois anos.

Gráfico 3. Nível de bipartidarismo por tipo de política no 111º Senado



Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar pelos gráficos que a situação da política interna sofreu uma reversão em relação ao bipartidarismo. A cooperação entre republicanos e democratas ocorreu em 61% das votações sobre políticas internas, representando um aumento significativo de 25% em relação ao 110º Senado. Mais uma vez, dois fatores podem ser apresentados para explicar esta mudança de cenário. Em primeiro lugar, as estratégias de reforma econômica mais radicais foram propostas no início da administração Obama, com um equilíbrio sobre quais propostas seriam aceitas ou não pela oposição no segundo biênio. Nesse ponto, foi necessário investir na cooperação. A par disto, há um segundo fator: o aumento dos assentos republicanos mostra

uma ligeira, mas importante, mudança no eleitorado, que estava insatisfeito com os primeiros dois anos da administração Obama. Esse termômetro fez com que os democratas se ajustassem e se aproximassem dos republicanos.

A postura bipartidária do Senado fez-se sentir na política interna e especialmente na política externa de defesa e segurança, que atingiu o patamar de 82%. Contudo, nos demais temas de política externa houve uma diminuição de 9% no nível de cooperação. O período de 2011 a 2013 foi crucial para a consolidação da estratégia de política externa da administração Obama. Nesse período, o presidente Obama retirou as tropas norte-americanas do Iraque e conseguiu executar Osama Bin Laden em 2011. Estas duas ações favoreceram a aprovação de Obama com senadores independentemente do partido, consolidando o bipartidarismo no 111^o Senado.

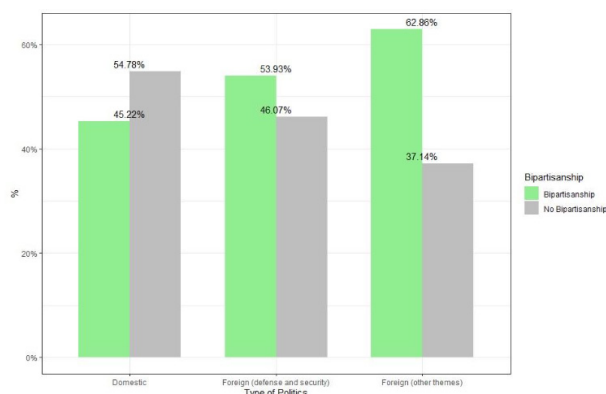
O sucesso na política externa, com destaque para a Guerra ao Terror, aliado às melhorias nos números econômicos, favoreceram a reeleição do Presidente Obama para o seu segundo mandato em 2012. O Partido Democrata também se fortalece e permanece no controle do Senado. O 112^o Congresso dos EUA (2013-2015) mostra uma maioria democrata de 53 senadores contra 45 republicanos. Durante esse período, o Presidente Obama pôs fim à Guerra do Afeganistão em 2014. No entanto, foi também o momento da ascensão do Estado Islâmico, que recolocou a região do Iraque como prioridade na política externa de Obama. O Gráfico 4 apresenta os níveis de bipartidarismo no 112^o Senado.

O Gráfico 4 mostra uma diminuição significativa do bipartidarismo na política interna, bem como na política externa de defesa e segurança. O único tipo de política que mantém o mesmo nível de bipartidarismo é a política externa focada em outros temas. A diminuição da cooperação entre os partidos pode ser entendida de acordo com alguns fatores.

A utilização de drones no combate ao terrorismo como estratégia de atuação na Guerra ao Terror representou inicialmente uma importante redução de custos humanos e financeiros para os EUA, mas passou a ser questionada internamente pela sociedade civil com o passar do tempo, com grupos organizados questionando as muitas mortes de civis inocentes nesses ataques (Doyle 2013). Além disso, a expansão do Estado Islâmico em território iraquiano é apontada como resultado do vácuo de poder deixado pelos EUA após o fim da Invasão do Iraque em 2011. Segundo Pecequillo e Forner (2017), o governo iraquiano deixado no comando do país pelos EUA não tinha poder ou organização suficiente para combater os rebeldes extremistas. O desejo do Presidente Obama de acabar com a ocupação do Iraque o mais rapidamente possível pode ter custado caro à estratégia norte-americana no Oriente Médio. Muitos analistas acreditam que a remoção de Saddam Hussein e a sua execução junto à estratégia de executar líderes

rebeldes por meio de ataques de drones foram fatores determinantes para a ascensão do Estado Islâmico precisamente em território iraquiano.

Gráfico 4. Nível de bipartidarismo por tipo de política no 112º Senado

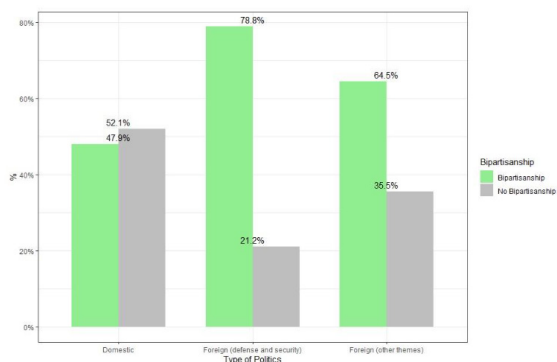


Fonte: Elaborado pelos autores.

O erro estratégico do Presidente Obama foi grave e teve repercussões negativas nos EUA e no sistema internacional. A história da política externa americana mostra que na Guerra do Golfo (1991), o presidente republicano George H. W. Bush optou por não retirar Hussein do poder precisamente porque temia a ascensão de grupos extremistas dentro do fragmentado Estado iraquiano. Assim, surgiu na literatura a narrativa de que a Invasão do Iraque seria o ‘Vietnã de Obama’, traçando paralelos com a situação do presidente Nixon, que, assim como Obama, não iniciou a Guerra do Vietnã, mas foi responsável por encerrá-la e por escolher a estratégia errada (Pecequillo e Forner 2017).

Esta conjuntura política gerou mudanças importantes nas eleições e consequentemente na formação do 113º Senado, empossado em 2015. Pela primeira vez em seis anos de mandato, o presidente Obama teria um Senado controlado pela oposição. O Partido Republicano teve 10 senadores a mais que o Partido Democrata. A partir desse momento, todas as votações de interesse da Casa Branca no Senado passaram a depender do bipartidarismo, fosse por maioria simples ou por maioria qualificada. O bipartidarismo teria de ser eliminado ou a estratégia do Presidente Obama para a política interna ou externa não se concretizaria. O Gráfico 5 mostra os níveis de cooperação entre Republicanos e Democratas.

Gráfico 5. Nível de bipartidarismo por tipo de política no 113º Senado



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, o controle do Senado pelos republicanos provocou mudanças no bipartidarismo nesse período. Após quatro anos, a cooperação entre os dois partidos não ultrapassou 50% na votação da política interna. A estratégia de recuperação econômica adotada pelo Presidente Obama começou a ser bloqueada. Em certa medida, a falta de cooperação dos republicanos pode ser entendida como um reflexo de mudanças importantes na opinião pública, com a crescente insatisfação, culminando na eleição do presidente republicano Donald Trump.

No entanto, a Tese das Duas Presidências parece ter sido resiliente nesse período. Mesmo com um Senado Republicano, o bipartidarismo na política externa não é afetado como é na política interna; pelo contrário, há um efeito positivo – especialmente nas questões de defesa e segurança (79%). O Senado optou por usar a sua força mais na política interna do que na política externa. Assim, pode-se compreender que a maioria dos senadores republicanos aprovou o papel de liderança do Presidente Obama na política externa. Ou seja, os senadores delegaram a política externa a Obama e exerceram a sua oposição em termos de política interna, como previsto por Wildavsky (1966).

Em suma, os gráficos reforçam o argumento da Tese das Duas Presidências. A abordagem comparativa entre os três tipos de política aqui adotada segue o modelo clássico de Wildavsky (1966), apoiando-se na separação da política externa proposta por autores como Lindsay (2003). No período pós-Guerra Fria, a política externa americana tornou-se mais complexa e difusa. Não existe um inimigo único e por isso é necessário separar a defesa e a segurança, que foram a base da política externa durante a Guerra Fria, dos demais temas para manter a lógica da Tese. A maioria no Senado impactou o bipartidarismo na política interna, mas não em ambos os tipos de política

externa. A clássica proporção de 70% a 30% para a política externa aconteceu em quase todos os anos da administração Obama, mostrando a resiliência do poder explicativo do pensamento de Wildavsky (1966).

Conclusão

Ao longo do artigo, compreendeu-se a importância da cooperação entre Presidente e Congresso na política externa mediante o conceito de bipartidarismo, que é fundamental para o argumento de Wildavsky (1966). A cooperação entre Democratas e Republicanos durante a Guerra Fria e mais tarde durante a Guerra ao Terror mostra como os contextos interno e externo dialogam. O contexto internacional influencia a cooperação entre os atores políticos devido à existência de uma ameaça à sobrevivência nacional. Na mesma medida, em tempos de paz, a política externa torna-se mais diversificada e os interesses tornam-se mais difusos, resultando num aumento da concorrência entre os partidos. A alternativa do Presidente nestes momentos é usar todo o poder da sua instituição para fazer valer as suas preferências internacionais, mostrando assim mais um elemento que acaba por diminuir os incentivos do Congresso para competir nesta arena.

Em resumo, este artigo pretende analisar a política externa de Obama utilizando uma tese política clássica americana. Ao utilizar os dados de votação do Senado, testamos a tese de Wildavsky (1966) e discutimos a relação entre o Presidente e o Congresso com base em fatores nacionais e internacionais. A principal conclusão desta investigação é que, de fato, houve duas presidências durante a administração Obama; seguindo a lógica de Wildavsky (1966), a ameaça terrorista é entendida como um fator-chave para explicar o sucesso da agenda de Obama apoiada no bipartidarismo.

A análise da política externa da administração Obama trouxe algumas lições. Em primeiro lugar, como argumenta Wildavsky (1966), a Presidência como instituição tem mais legitimidade, recursos e incentivos eleitorais para priorizar a política externa sobre o Congresso. Em segundo lugar, a Guerra ao Terror, bem como o Comunismo, facilitaram este processo ao proporcionar um inimigo comum, que foi facilmente reconhecido pela opinião pública. A votação analisada neste artigo mostra níveis de bipartidarismo semelhantes aos encontrados por Wildavsky (1966) no auge da Guerra Fria. Mesmo quando o presidente tinha minoria no Senado, as suas propostas sobre política externa foram mais aprovadas do que sobre política interna. Em terceiro lugar, o excesso de poder gera custos eleitorais para o partido a médio ou longo prazo. A Presidência é considerada responsável pela política externa, pelo que quaisquer erros são atribuídos ao Presidente. A ascensão do Estado Islâmico, combinada com outros erros estratégicos e promessas quebradas, deixou um

gosto amargo no eleitorado, desempenhando um papel importante na eleição do republicano Trump.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. *International organization*, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.
- BAUMGARTNER, Frank R.; LEECH, Beth L. Interest niches and policy bandwagons: Patterns of interest group involvement in national politics. *Journal of Politics*, v. 63, n. 4, p. 1191-1213, 2001.
- BECKMANN, Matthew N.; KUMAR, Vimal. Opportunism in Polarization: Presidential Success in Senate Key Votes, 1953-2008. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 3, p. 488- 503, 2011.
- BENTLEY, Michelle; HOLLAND, Jack (Ed.). *Obama's Foreign Policy: Ending the War on Terror*. Routledge, 2013.
- BRANDS, H. W. George Bush and the Gulf War of 1991. *Presidential Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 113-131, 2004.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. The three requirements for a bipartisan foreign policy. *The Washington Quarterly White Paper*, p. 14-19, 1984.
- BURKE, John P. Lessons from past presidential transitions: Organization, management, and decision making. *Presidential Studies Quarterly*, v. 31, n. 1, p. 5-24, 2001.
- BURKE, John P. The Neutral/Honest Broker Role in Foreign Policy Decision Making: A Reassessment. *Presidential Studies Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 229-258, 2005.
- BURNS, James MacGregor. *The deadlock of democracy: four-party politics in America*. 1963.
- CANES-WRONE, Brandice; HOWELL, William G.; LEWIS, David E. Toward a broader understanding of presidential power: A reevaluation of the two presidencies thesis. *The Journal of Politics*, v. 70, n. 1, p. 1-16, 2008.
- CLEMENTS, Kendrick A. Woodrow Wilson and World War I. *Presidential Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 62-82, 2004.
- CONLEY, Richard S. The Harbinger of the Unitary Executive? An Analysis of Presidential Signing Statements from Truman to Carter. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 3, p. 546-569, 2011.
- COOPER, Phillip J. George W. Bush, Edgar Allan Poe, and the use and abuse of presidential signing statements. *Presidential Studies Quarterly*, v.

- 35, n. 3, p. 515-532, 2005.
- CONSTITUTION OF THE UNITED STATES. Library of Congress. Available at: <<https://www.congress.gov/content/conan/pdf/GPO-CONAN-REV-2016.pdf>>. Accessed on 10/15/2017.
- CROCKETT, David A. The President as Opposition Leader. *Presidential Studies Quarterly*, v. 30, n. 2, p. 245-274, 2000.
- DAHL, Robert A. *Congress and foreign policy*. Greenwood: Revised Edition, 1983.
- DOYLE, Michael J. The costs and consequences of drone warfare. *International Affairs* 89: 1, p. 1-29, 2013.
- EDWARDS, George C. Building coalitions. *Presidential Studies Quarterly*, v. 30, n. 1, p. 47-78, 2000.
- EDWARDS, Jason A. Sanctioning Foreign Policy: The Rhetorical Use of President Harry Truman. *Presidential Studies Quarterly*, v. 39, n. 3, p. 454-472, 2009.
- ESHBAUGHASOHA, Matthew. The importance of policy scope to presidential success in Congress. *Presidential Studies Quarterly*, v. 40, n. 4, p. 708-724, 2010.
- FITZGERALD, David; RYAN, David. Obama and Iraq: The 'Dumb' War. In: *Obama, US Foreign Policy and the Dilemmas of Intervention*. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 25-51.
- FLEISHER, Richard; BOND, Jon R. Are there two presidencies? Yes, but only for Republicans. *The Journal of Politics*, v. 50, n. 3, p. 747-767, 1988.
- FLEISHER, Richard et al. The demise of the two presidencies. *American Politics Quarterly*, v. 28, n. 1, p. 3-25, 2000.
- FRIEDMAN, Rebecca R. Crisis Management at the Dead Center: The 1960-1961 Presidential Transition and the Bay of Pigs Fiasco. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 307-333, 2011.
- GERRING, John. *Case study research: Principles and practices*. Cambridge university press, 2017.
- GILDERHUS, Mark T. The Monroe doctrine: meanings and implications. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 5-16, 2006.
- GOOGLE ACADÊMICO. Available at: <<https://scholar.google.com.br/>> . Accessed on: October 20th, 2017.
- GOVTRACK.US. Available at: <<https://www.govtrack.us/>>. Accessed on: February 10th, 2017.
- GREGORIAN, Hrach. *Assessing Congressional Involvement in Foreign*

- Policy: Lessons of the Post-Vietnam Period. *The Review of Politics*, v. 46, n. 1, p. 91-112, 1984.
- HAHN, Peter L. Securing the Middle East: The Eisenhower Doctrine of 1957. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 38-47, 2006.
- HARGROVE, Erwin C. Presidential power and political science. *Presidential Studies Quarterly*, v. 31, n. 2, p. 245-261, 2001.
- HYBEL, Alex. *US Foreign Policy Decision-making from Kennedy to Obama: Responses to International Challenges*. Springer, 2014.
- IVIE, Robert L.; GINER, Oscar. Hunting the devil: Democracy's rhetorical impulse to war. *Presidential Studies Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 580-598, 2007.
- JACOBSON, Gary C. George W. Bush, the Iraq War, and the Election of Barack Obama. *Presidential Studies Quarterly*, v. 40, n. 2, p. 207-224, 2010.
- KAPUR, Nick. William McKinley's Values and the Origins of the Spanish American War: A Reinterpretation. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 1, p. 18-38, 2011.
- KASSOP, Nancy. The war power and its limits. *Presidential Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 509-529, 2003.
- KESSEL, John H. The presidency and the political environment. *Presidential Studies Quarterly*, v. 31, n. 1, p. 25-43, 2001.
- KIMBALL, Jeffrey. The Nixon Doctrine: A Saga of Misunderstanding. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 59-74, 2006.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon and Schuster, 1994.
- KRIEG, Andreas. Externalizing the burden of war: the Obama Doctrine and US foreign policy in the Middle East. *International Affairs*, v. 92, n. 1, p. 97-113, 2016.
- KRUTZ, Glen S.; PEAKE, Jeffrey S. The changing nature of presidential policy making on international agreements. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 391-409, 2006.
- LAKE, David A. Legitimizing power: The domestic politics of US international hierarchy. *International Security*, v. 38, n. 2, p. 74-111, 2013.
- LANDMAN, Todd; CARVALHO, Edzia. *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. Taylor & Francis, 2016.
- LEE, Frances E. Presidents and Party Teams: The Politics of Debt Limits and Executive Oversight, 2001-2013. *Presidential Studies Quarterly*, v. 43, n. 4, p. 775-791, 2013.
- LELOUP, Lance T.; SHULL, Steven A. Congress versus the executive: The

- “two presidencies” reconsidered. *Social Science Quarterly*, v. 59, n. 4, p. 704-719, 1979.
- LINDSAY, James M. Deference and Defiance: The Shifting Rhythms of ExecutiveA Legislative Relations in Foreign Policy. *Presidential Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 530- 546, 2003.
- LOBELL, Steven E.; RIPSAMAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. (Ed.). Neoclassical realism, the state, and foreign policy. Cambridge University Press, 2009.
- LOGEVALL, Fredrik. Lyndon Johnson and Vietnam. *Presidential Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 100-112, 2004.
- MACK, W. R.; DEROUEN, Karl; LANOUE, David. Foreign Policy Votes and Presidential Support in Congress. *Foreign Policy Analysis*, v. 9, n. 1, p. 79-102, 2013.
- MARSHALL, Bryan W.; PRINS, Brandon C. Power or Posturing? Policy Availability and Congressional Influence on US Presidential Decisions to Use Force. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 3, p. 521-545, 2011.
- MARTIN, Lisa L. The president and international commitments: Treaties as signaling devices. *Presidential Studies Quarterly*, v. 35, n. 3, p. 440-465, 2005.
- MCCORMICK, James M. *American Foreign Policy and Process*. Wadsworth Publishing; 5th edition, 2009.
- MCCORMICK, James M.; WITTKOPF, Eugene R. Bipartisanship, partisanship, and ideology in congressional-executive foreign policy relations, 1947-1988. *The Journal of Politics*, v. 52, n. 4, p. 1077-1100, 1990
- MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Israel lobby and US foreign policy. *Middle East Policy*, v. 13, n. 3, p. 29-87, 2006.
- MERRILL, Dennis. The Truman Doctrine: Containing Communism and Modernity. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 27-37, 2006.
- MITCHELL, David. Does Context Matter? Advisory Systems and the Management of the Foreign Policy DecisionAMaking Process. *Presidential Studies Quarterly*, v. 40, n. 4, p. 631659, 2010.
- NEWMANN, William W. The structures of national security decision making: Leadership, institutions, and politics in the Carter, Reagan, and GHW Bush Years. *Presidential Studies Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 272-306, 2004.

- OLDFIELD, Duane M.; WILDAVSKY, Aaron. Reconsidering the two presidencies. *Society*, v. 26, n. 5, p. 54-59, 1989.
- PANGLE, Thomas L. The spirit of modern republicanism: The moral vision of the American founders and the philosophy of Locke. University of Chicago Press, 1990.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança. Porto Alegre: UFRGS Publisher, 3rd edition, 2011.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu; FORNER, Clarissa Nascimento. Barack Obama e o Oriente Médio: Um Panorama Crítico (2009/2017). *Carta Internacional*, v. 12, n. 2, p. 101-125, 2017.
- PETERSON, Paul E. The president's dominance in foreign policy making. *Political Science Quarterly*, v. 109, n. 2, p. 215-234, 1994.
- PORTAL PERIODICOS CAPES. Available at: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Accessed on: October 13th, 2016.
- OLSON, Kathryn M. Democratic Enlargement's Value Hierarchy and Rhetorical Forms: An Analysis of Clinton's Use of a PostCold War Symbolic Frame to Justify Military Interventions. *Presidential Studies Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 307-340, 2004.
- PACH, Chester. The Reagan Doctrine: Principle, Pragmatism, and Policy. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 75-88, 2006.
- PEAKE, Jeffrey S. Presidential agenda setting in foreign policy. *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 69-86, 2001.
- PIOUS, Richard M. Inherent war and executive powers and prerogative politics. *Presidential Studies Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 66-84, 2007.
- PIOUS, Richard M. Prerogative power in the Obama administration: Continuity and change in the war on terrorism. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 263-290, 2011.
- PRINS, Brandon C.; MARSHALL, Bryan W. Congressional support of the president: A comparison of foreign, defense, and domestic policy decision making during and after the Cold War. *Presidential Studies Quarterly*, v. 31, n. 4, p. 660-678, 2001.
- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.
- RABE, Stephen G. The Johnson Doctrine. *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 48-58, 2006.
- RELYEA, Harold C. Organizing for homeland security. *Presidential Studies Quarterly*, p. 602-624, 2003.

- REX, Justin. The President's War Agenda: A Rhetorical View. *Presidential Studies Quarterly*, v. 41, n. 1, p. 93-118, 2011.
- RHODES, Jesse H. The Evolution of Roosevelt's Rhetorical Legacy: Presidential Rhetoric about Rights in Domestic and Foreign Affairs, 1933-2011. *Presidential Studies Quarterly*, v. 43, n. 3, p. 562-591, 2013.
- RHODES, Jesse H. Party polarization and the ascendance of bipartisan posturing as a dominant strategy in presidential rhetoric. *Presidential Studies Quarterly*, v. 44, n. 1, p. 120-142, 2014.
- RICE, Laurie L. Statements of power: Presidential use of statements of administration policy and signing statements in the legislative process. *Presidential Studies Quarterly*, v. 40, n. 4, p. 686-707, 2010.
- ROCKMAN, Bert A. Reinventing What for Whom? President and Congress in the Making of Foreign Policy. *Presidential Studies Quarterly*, v. 30, n. 1, p. 133-154, 2000.
- ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. *World politics*, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- RUSSELL, Greg. Theodore Roosevelt's Diplomacy and the Quest for Great Power Equilibrium in Asia. *Presidential Studies Quarterly*, v. 38, n. 3, p. 433-455, 2008.
- SCHRAUFNAGEL, Scot; SHELLMAN, Stephen M. The Two Presidencies, 1984-1998: A Replication and Extension. *Presidential Studies Quarterly*, v. 31, n. 4, p. 699-707, 2001.
- SIGELMAN, Lee. A reassessment of the two presidencies thesis. *The Journal of Politics*, v. 41, n. 4, p. 1195-1205, 1979.
- SOFAER, Abraham D. Presidential Power and National Security. *Presidential Studies Quarterly*, v. 37, n. 1, p. 101-123, 2007.
- TAYLOR, Bryan C. "The Means to Match Their Hatred": Nuclear Weapons, Rhetorical Democracy, and Presidential Discourse. *Presidential Studies Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 667- 692, 2007.
- VILLALOBOS, José D.; VAUGHN, Justin S.; AZARI, Julia R. Politics or Policy? How Rhetoric Matters to Presidential Leadership of Congress. *Presidential Studies Quarterly*, v. 42, n. 3, p. 549-576, 2012.
- WALCOTT, Charles E.; HULT, Karen M. White House structure and decision making: Elaborating the standard model. *Presidential Studies Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 303-318, 2005.
- WALTZ, Kenneth N. Foreign policy and democratic politics: The American and British experience. Little, Brown and Company, 1967.
- WALTZ, Kenneth N. Theory of international politics. Reading: Addison-

Wesley, 1979.

WHEELER, Darren A. Checking Presidential Detention Power in the War on Terror: What Should We Expect from the Judiciary?. *Presidential Studies Quarterly*, v. 39, n. 4, p. 677-700, 2009.

WILDAVSKY, Aaron. The Two Presidencies. *Society*, v. 4, n. 2, p. 7-14, 1966.

YOUNG, Laura. Unilateral presidential policy making and the impact of crises. *Presidential Studies Quarterly*, v. 43, n. 2, p. 328-352, 2013.

RESUMO

Como a relação entre Presidente e Congresso impactou a política externa do Governo Barack Obama (2009-2017)? Os objetivos principais da pesquisa são analisar a política externa do Governo Barack Obama a partir da relação entre Presidente e Congresso, testando se o tipo de política, interna ou externa, consegue explicar a ocorrência de bipartidarismo nas votações dentro do Congresso. O desenho de pesquisa combina a análise e classificação de todas as 2341 votações realizadas no Senado estadunidense durante os oito anos do Governo Obama com uma profunda análise teórica e histórica própria do estudo de caso. Os achados confirmam nossas expectativas. Em suma, durante o Governo Obama o bipartidarismo entre republicanos e democratas foi maior na política externa em comparação a política interna.

PALAVRAS-CHAVE

Presidente. Congresso. Tese das Duas Presidências. Política Externa.

*Recebido em 16 de agosto de 2023
Aprovado em 16 de dezembro de 2023*

Traduzido por Igor Estima Sardo